



Na reunião, os representantes estaduais explicaram os seus sistemas de informações.

Almeida garante recursos às secretarias estaduais

O ministro Almeida Machado assegurou ontem, que o Ministério da Saúde dará a todas as secretarias estaduais recursos financeiros necessários para a implantação do sistema de informática para o setor, que garantirão por sua vez, não só o diagnóstico com vistas a programas e projetos, como também com relação ao que se está executando no campo somatório brasileiro.

Este deslocamento de recursos financeiros às secretarias foi feita pelo ministro ao instalar a 1ª reunião nacional sobre sistemas de informações de saúde, da qual participam representantes de todos os estados, a fim de garantir o alcance dos objetivos a que se propõe e evitar que seus participantes condicionem-se à precariedade de suas secretarias, em detrimento da implantação imediata do serviço de informática.

Segundo o ministro da Saúde objetiva-se criar um subsistema em base cooperativa com a participação de todos organismos envolvidos, preservando-se a autonomia de cada um, "buscando apenas a uniformidade na obtenção de dados suscetíveis de serem somados". Com esta uniformização, enfatizou o ministro que será possível contribuir para que as diferentes agências, particularmente as secretarias de saúde, sejam menos seguidas e tumultuadamente solicitadas com pedidos de informação.

Adiantou o ministro Almeida Machado que, se se conseguir implantar a curto prazo o sistema de informações, - no próximo ano já se terá também a racionalização da saúde, "o fim das improvisações, das eternas medidas de emergência, eventualmente bem sucedidas, mas sempre sem os frutos e seguimentos necessários".

PROGRAMAS SÉRIOS

Embora tenha assegurado a concessão, por parte do ministério, não só de apoio técnico e científico aos estados, (principalmente àqueles cujas secretarias são mais precárias), bem como de auxílios financeiros, enfatizou o ministro que é necessária a apresentação de programas sérios e objetivos, capazes de garantir boa atuação do sistema.

Por outro lado, o coordenador do Núcleo de Informática do Ministério, José da Rocha Carvalheiro, adiantou que apesar de se propor basicamente a uniformização deste sistema, é necessário que, à

medida que forem se integrando, haja modificações nas condutas relacionadas principalmente, com o instrumento básico de coleta e eventualmente até com o processamento, para que haja um ajuste de características sistêmicas. Este ajuste possibilitará a eliminação da falta de coordenação hoje, existente, em vários serviços de informática para a saúde, muitas vezes até redundantes.

Carvalheiro disse que esta falta de coordenação caracteriza uma má qualidade de informação, pois é bastante frequente se verificar duplicações da mesma informação que tem que ser fornecida pela mesma unidade sanitária a dois organismos diferentes. Com isto, acrescentou, informações que seriam de grande utilidade não são colhidas por nenhuma agência incumbida de manipular os dados no campo sanitário.

Explicou ainda o coordenador que esta reunião constitui o ponto inicial para implantação do sistema, que será iniciado através de um diagnóstico da atual situação, levantada através de formulários enviados previamente às secretarias, cuja "avaliação não será um repositório de queixas" e sim uma síntese objetiva das deficiências que se enxergam no sistema atual de informações". A seguir deverá ser formulado um plano de ação a curto prazo - próximo ano - e a longo prazo. A última etapa será o estudo da melhoria das informações sobre mortalidade, utilizando a padronização dos atestados de óbitos para todo o país, a ser implantado, pelo menos nas capitais e grandes metrópoles, no início do próximo ano. Esta padronização visa a melhor racionalização no processamento dos dados de óbitos no país, dentro também, do sistema de vigilância epidemiológica no Brasil.

Por sua vez, o deputado Jaison Barreto (MDB - SC) enfatizou que através destes trabalhos iniciados ontem, será possível talvez, organizar e racionalizar os problemas de informação do país no campo da saúde, a fim de "equacionar melhor as soluções cabíveis para a anárquica situação da saúde pública no Brasil". Acrescentou ainda, que sua presença naquela reunião tinha o gesto de reconhecimento ao trabalho atual do ministério, expressando ainda a opinião do legislativo, da comissão de saúde da câmara, sem qualquer conotação partidária.